

# Saúde da Criança - Cuidado e Política

Trude Ribeiro da Costa Franceschini

A criança é um ser humano em pleno desenvolvimento. As experiências vividas nos primeiros anos de vida são fundamentais para a formação do adulto que ela será no futuro. Por isso, é muito importante que a criança cresça em um ambiente saudável, cercada de afeto e com liberdade para brincar.

## Toda criança tem direito a:

- Ser registrada gratuitamente.
- Realizar o teste do pezinho entre o 3º e o 5º dia de vida.
- Ter acesso a serviços de saúde de qualidade.
- Ter acesso à escola pública e gratuita perto do lugar onde mora.
- Receber gratuitamente as vacinas indicadas no calendário básico de vacinação.
- Ter direito de viver intensamente a infância.
- Ter acesso à água potável e alimentação adequada.
- Ser acompanhada em seu crescimento e desenvolvimento.
- Ser acompanhada pelos pais durante a internação em hospitais.
- Viver em um lugar limpo, ensolarado e arejado.
- Ter oportunidade de brincar e aprender.
- Viver em ambiente afetuoso e sem violência.

## O cuidado particular e coletivo

É importante estimular desde cedo o desenvolvimento da criança para que ela adquira autoconfiança, autoestima e desenvolva capacidade de relacionar-se bem com outras crianças, com a família e com a comunidade, com maior possibilidade de tornar-se um adulto adaptado socialmente para realização de seus ideais.

Observar e acompanhar o desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida é de fundamental importância, pois é nesta etapa da vida extrauterina que o tecido nervoso mais cresce e amadurece, estando, portanto, mais sujeito aos agravos. Devido a sua grande plasticidade, é também nesta época que a criança melhor responde aos estímulos que recebe do meio ambiente e às intervenções, quando necessárias.

Para cuidar da criança, educar e promover sua saúde e seu desenvolvimento integral, é importante a parceria entre os pais, a comunidade e os profissionais de saúde, de assistência social e de educação, com a proteção devida do Estado através de políticas públicas.

O Ministério da Saúde instituiu a **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC)**, que abrange os cuidados com a criança, da gestação aos 9 anos de idade. Com 7 eixos estratégicos, orienta e qualifica os serviços de saúde no país, considerando os determinantes e condicionantes sociais para garantir o direito à vida e à saúde, visando a efetivação de medidas que permitam o nascimento e o pleno desenvolvimento na infância, de forma saudável e harmoniosa, bem como a redução

das vulnerabilidades e riscos para o adoecimento e outros agravos, a prevenção das doenças crônicas na vida adulta e da morte prematura de crianças.

I - Atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido

*“Consiste na melhoria do acesso, cobertura, qualidade e humanização da atenção obstétrica e neonatal, integrando as ações do pré-natal e acompanhamento da criança na Atenção Básica com aquelas desenvolvidas nas maternidades, conformando-se uma rede articulada de atenção”*

II - Aleitamento materno e alimentação complementar saudável

*“Estratégia ancorada na promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno, iniciando na gestação, considerando-se as vantagens da amamentação para a criança, a mãe, a família e a sociedade, bem como a importância de estabelecimento de hábitos alimentares saudáveis”*

III - Promoção e acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral

*“Consiste na vigilância e estímulo do pleno crescimento e desenvolvimento da criança, em especial do “Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI)”, pela Atenção Básica à saúde, conforme as orientações da Caderneta de Saúde da Criança, incluindo ações de apoio às famílias para o fortalecimento de vínculos familiares”*

IV - Atenção integral a crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas

*“Consiste em estratégia para o diagnóstico precoce e a qualificação do manejo de doenças prevalentes na infância e ações de prevenção de doenças crônicas e de cuidado dos casos diagnosticados, com o fomento da atenção e internação domiciliar sempre que possível”*

V - Atenção integral à criança em situação de violências, prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz

*“Consiste em articular um conjunto de ações e estratégias da rede de saúde para a prevenção de violências, acidentes e promoção da cultura de paz, além de organizar metodologias de apoio aos serviços especializados e processos formativos para a qualificação da atenção à criança em situação de violência de natureza sexual, física e psicológica, negligência e/ou abandono, visando à implementação de linhas de cuidado na Rede de Atenção à Saúde e na rede de proteção social no território”*

VI - Atenção à saúde de crianças com deficiência ou em situações específicas e de vulnerabilidade

*“Consiste na articulação de um conjunto de estratégias intrasetoriais e intersetoriais, para inclusão dessas crianças nas redes temáticas de atenção à saúde, mediante a identificação de situação de vulnerabilidade e risco de agravos e adoecimento, reconhecendo as especificidades deste público para uma atenção resolutiva”*

VII - Vigilância e prevenção do óbito infantil, fetal e materno.

*“Consiste na contribuição para o monitoramento e investigação da mortalidade infantil e fetal e possibilita a avaliação das medidas necessárias para a prevenção de óbitos evitáveis”*

[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=51&v=rzide7nnUp0&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?time_continue=51&v=rzide7nnUp0&feature=emb_logo)<sup>1</sup>

A organização da atenção em linhas de cuidado a partir da Unidade Básica de Saúde (UBS) é estratégica para a tão desejada atenção integral, com a continuidade desde as ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, até as medidas de tratamento, cuidado e reabilitação, com um fluxo ágil e oportuno em cada nível de atenção, com referência e contrarreferência responsável, até o alcance de uma situação satisfatória.

---

<sup>1</sup> O vídeo aborda os sete eixos estratégicos da Política Nacional de Atenção Integral à saúde da Criança

Assim se organizam as **Redes de Atenção à Saúde (RAS)**, com ações e serviços de diferentes densidades tecnológicas, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão. Devem funcionar como orientadoras do cuidado ampliado em serviços local, regional e interestadual.

Para a coordenação do cuidado é essencial a organização do processo de trabalho, de forma a elaborar, acompanhar e gerir Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), sejam individuais – para discussão dos casos das crianças/famílias mais complexas, ou coletivos –, para planejamento de intervenção em coletividades, por exemplo, um bairro cujas condições estão levando a muitos acidentes com crianças. A existência de bons fluxos de comunicação com a rede é requisito essencial para a coordenação do cuidado, tanto internamente entre a equipe quanto em rede. É fundamental, então, a visão dos pontos da RAS, para oferecer a resposta mais adequada, completa e resolutiva à necessidade da criança.

Os protocolos clínicos assistenciais e as Linhas de Cuidado, formulados conjuntamente por profissionais dos vários serviços definem as ações e os serviços que devem ser desenvolvidos nos diferentes pontos de atenção de uma rede e os fluxos assistenciais a serem percorridos pelos usuários. Além de organizar e facilitar o percurso terapêutico destes usuários, também é importante elemento de integração entre profissionais e serviços.

Baseada na necessidade de enfrentamentos de vulnerabilidades, agravos ou doenças mais prevalentes, foram criadas: **Rede Cegonha, Rede de Atenção às Urgências e Emergências, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Atenção às Doenças e Condições Crônicas** e a **Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência** e o **Programa de Saúde na Escola**.

O **Programa Saúde na Escola (PSE)** é um dos exemplos potentes da intersectorialidade em rede na produção do autocuidado, autonomia e participação social, objetivando a promoção de saúde. A concepção em saúde na escola incorporou o conceito ampliado de saúde como tema transversal às disciplinas e às ações no contexto escolar, nas dimensões da promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos e de atenção e cuidados à saúde de crianças e adolescentes.

A organização das ações do PSE, pelas equipes das UBS e das escolas, possibilita o desenvolvimento de atividades lúdicas de promoção da saúde, identificação precoce e oportuna de problemas de saúde, do desenvolvimento e de aprendizagem e a construção de estratégias articuladas que evitem a medicalização das dificuldades escolares. Investe-se também na qualificação dos profissionais, familiares e responsáveis, ampliando a capacidade de produzir diálogo e vínculos entre as partes envolvidas.

A avaliação das condições de saúde inclui a saúde bucal, ocular, auditiva, situação vacinal, vigilância alimentar e nutricional e do desenvolvimento, com encaminhamento para a rede de saúde, quando necessário. A avaliação conjunta das equipes de Saúde e da Educação, com a participação da família e/ou responsáveis,

promove o desenvolvimento integral da criança e permite trocas de saberes, de informações e corresponsabilidades.

Cerca de 90% das gestantes e seus recém-nascidos são saudáveis, necessitam de ações que respeitem a fisiologia do nascimento. A **Rede de Atenção Materna, Neonatal e Infantil – Rede Cegonha (RC)** pretende influenciar a cultura da sociedade brasileira com relação ao modo de nascer, a promoção da gravidez saudável e o parto natural; mas precisa ter a assistência estruturada para atender às gestante e recém-nascidos em risco.

A estratégia fortalece a integração entre as ações de saúde da mulher e da criança até os 2 anos, envolve todos os níveis de atenção. Visa incentivar o nascimento saudável, propiciando o direito a um bom início da vida para a criança e uma vivência positiva e profícua do parto para a mulher, prevenindo a morbimortalidade evitável. Integra a saúde da mulher, o planejamento reprodutivo e mais recentemente incorporou a atenção à saúde do homem ao pré-natal.

A **Rede de Atenção às Urgências (RUE)** tem a finalidade de articular e integrar todos os equipamentos de saúde, objetivando ampliar e qualificar o acesso humanizado e integral aos usuários em situação de urgência e emergência nos serviços de saúde, de forma ágil e oportuna.

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) é um estabelecimento de complexidade intermediária entre a APS e a Atenção Hospitalar. Equipada com serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, costuma ser a porta de entrada da maioria dos casos de urgência e emergência, e é responsável por resolver grande parte delas. Está articulada com a Central de Regulação Médica de Urgência, com o SAMU 192 - componente móvel da rede, deve disponibilizar também a SAMU-Cegonha -, e com a Atenção Hospitalar para internação, com ofertas de procedimentos cirúrgicos

A **Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência (RCPD)** tem diretrizes para o cuidado às pessoas com deficiência e/ou para sua prevenção. Organiza o cuidado integral em rede, contemplando as áreas de deficiência auditiva, física, visual, intelectual, ostomia e transtorno do espectro do autismo.

Além das ações nas UBS's, do Núcleo de Apoio à saúde da Família, da Academia da Saúde; do PSE; do Melhor em Casa, a RCDP conta com os Centros Especializados em Reabilitação (CER); Oficinas Ortopédicas e Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

A sociedade vive um processo crescente de medicalização em todas as esferas da vida, que transforma problemas de diferentes ordens em “doenças”, “transtornos”, “distúrbios” que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. A aprendizagem e os modos de ser e agir, campos de grande complexidade e diversidade têm sido alvos preferenciais da medicalização. A articulação entre os profissionais de Saúde e da Educação e os

membros da família, alinhados com órgãos de defesa de direitos, é essencial para o enfrentamento e a superação do fenômeno da medicalização da aprendizagem e do comportamento, inclusive com orientação para prevenção da banalização da prescrição de medicamentos.

A **Rede de Atenção Psicossocial (Raps)** tem por finalidade promover cuidado em saúde às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, mediante a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde no âmbito SUS. A rede destaca como um dos objetivos essenciais a promoção do cuidado para grupos mais vulneráveis, especialmente crianças adolescentes, jovens, pessoas em situação de rua e populações indígenas, com sofrimento ou transtorno mental e crianças que sofreram violências.

A rede de saúde mental conta com conjunto de dispositivos de atenção psicossocial, denominados Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Nas modalidades: Caps I, II, III, IV; Caps-AD (álcool e drogas) e Capsi (infantojuvenil).

O desenvolvimento de tecnologias no cuidado pediátrico tem permitindo que crianças com doenças, outrora de alta letalidade, que antes exigiam tratamentos hospitalares, sobrevivam e tenham melhor qualidade de vida. Hoje, através da **Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas** são acompanhadas ambulatorialmente por especialistas e pela APS, evitando hospitalização e as rupturas do desenvolvimento e vínculos com familiares e amigos. O objetivo é fomentar a mudança do modelo de atenção, por meio da qualificação da atenção integral na APS com ampliação de estratégias, principalmente, para promoção da saúde e para prevenção do desenvolvimento de doenças crônicas e suas complicações.

### **Para vocês refletirem**

O cuidado integral da criança demanda postura acolhedora com escuta qualificada, olhar zeloso e estabelecimento de vínculo e responsabilização. É necessário também a visão integral dos pontos da RAS, potencializando os recursos disponíveis para oferecer a resposta mais adequada, completa e resolutiva à necessidade da criança.

O foco é criança no contexto da família, comunidade e sociedade. O olhar do profissional das várias equipes, de acordo com a sua formação e experiência de vida, adiciona saberes e possibilidades à construção da integralidade da atenção, conformando uma rede de apoio social de fato, com a qual a criança e familiares possam ser acolhidos e compreendidos como cidadãos de direitos, em condições peculiares de desenvolvimento no ciclo de vida, sócio-econômica e cultural.

Parte significativa dos problemas de saúde da criança, complexos e multifatoriais, como obesidade e outras doenças crônicas, agravos psicossociais/comportamentais, dificuldades escolares, situações familiares de violência, uso de drogas, etc., podem

ser atendidos e resolvidos na APS, com a identificação e a classificação de riscos das necessidades e demandas de saúde. Casos de maior complexidade devem ser priorizadas no atendimento, sempre por equipe multiprofissional, com Projeto Terapêutico Singular (PTS), utilizando e articulando diferentes tecnologias de cuidado individual e coletivo, por meio de uma clínica ampliada que produza vínculos, favorecendo a constituição da autonomia de indivíduos e grupos sociais.

Ressaltamos, para finalizar, a importância do conhecimento das políticas públicas, o que elas determinam como deveres do estado e dispõem para o trabalho de profissionais responsáveis e comprometidos com a produção e promoção de saúde.

Vocês sabiam de todos esses recursos? Tudo isso é SUS, e depende de nós!!!